

JUCESP
08 10 23

1

LIVORNO PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2023

DATA: 27 de outubro de 2023, às 10:00 horas.

LOCAL: Sede social à Rua Pedro Doll, 500, Sala 15, Santana, São Paulo, SP., CEP.02404-001.

SUBSCRITORES: 1-) **BIANCA BONINI**, brasileira, solteira, contadora CRC1SP317059/O-5, portadora da cédula de identidade RG. n.º 48.738.461-1 SSP-SP e do CPF. n.º 409.953.318-20, com escritório na Rua Pedro Doll, 500, Santana, São Paulo, SP., CEP. 02404-001, e,

2-) **MARISA BONINI**, brasileira, solteira, administradora de empresas CRA 061040, portadora da cédula de identidade RG. n.º 18.452.143-9 SSP-SP e do CPF. n.º. 101.353.108-65, com escritório na Rua Pedro Doll, 500, Santana, São Paulo, SP., CEP. 02404-001.

PRESENÇA: Subscritores representando a **TOTALIDADE** do capital subscrito, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o art. 124, parágrafo 4o., da Lei n.º. 6.404, de 15.12.76.

M.B.



JUCESP
08 12 23

2

MESA DIRETORA:

Presidente: Bianca Bonini,

Secretária: Marisa Bonini.

ORDEM DO DIA:

- a) Finalidade da Assembléia;
- b) Subscrição de ações;
- d) Eleição da Diretoria.

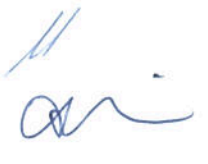
DELIBERAÇÕES:

- 1 -

Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu que a presente Assembléia tinha por finalidade precípua a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, regida pela Lei nº. 6.404, de 15.12.76.

- 2 -

Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o "**Boletim de Subscrição**" a que alude o Art. 85, da Lei nº. 6.404, de 15.12.76, foi devidamente preenchido e o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foi totalmente subscrito, cuja integralização se fará em até 12 (doze) meses em moeda corrente do país, conforme o "**Boletim de Subscrição**" que ficará fazendo parte integrante da presente ata. (Doc. I).

MB. 

JUCESP
05 12 23

3

- 3 -

Assim, tendo sido cumpridos todos os requisitos preliminares da constituição da sociedade, a Senhora Presidente disse que tinha em mãos o projeto do Estatuto Social que, submetido à apreciação dos Subscritores foi aprovado por unanimidade com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração


ARTIGO 1º - A sociedade **LIVORNO PARTICIPAÇÕES S.A.**, é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º - A sociedade terá sede e foro na Rua Pedro Doll, 500, Sala 15, São Paulo, SP, CEP. 02404-001, podendo abrir e manter escritórios e/ou filiais em qualquer parte do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria.

ARTIGO 3º - Constituem objetivos sociais:

- a) Administração de bens próprios;
- b) Compra e venda de imóveis próprios, e
- c) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

M.B. 

CAPÍTULO II

Do Capital e Ações

ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas do valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, a ser integralizadas em até 12 (doze) meses em moeda corrente do país, ficando as ações ordinárias, assim divididas:

ACIONISTAS	AÇÕES	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
BIANCA BONINI	9.000	9.000,00	90%
MARISA BONINI	1.000	1.000,00	10%
TOTAL	10.000	10.000,00	100%

Parágrafo Único - As ações são indivisíveis em relação à sociedade. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

CAPÍTULO III

Da Administração

ARTIGO 6º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois (2) membros, acionistas ou não, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de dois (2) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria escolherão, entre si, a Presidente.

Parágrafo 2º - No impedimento ou afastamento temporário da Diretora-Presidente, a outra Diretora a substituirá.

M.B.



ARTIGO 7º - A Diretoria tem plenos poderes para praticar, ampla e ilimitadamente, todos os atos de gestão destinados a assegurar o funcionamento regular da sociedade. Além dessas atribuições indispensáveis à realização dos fins sociais, os Diretores ficam investidas, conjunta ou isoladamente, de todos os poderes necessários à representação da sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos de qualquer natureza, e adquirir bens de qualquer natureza.

Parágrafo 1º - As deliberações da Diretoria e os atos das Diretoras, no exercício regular de seus cargos, obrigam a sociedade, na forma da Lei e do Estatuto, mas, cada Diretora somente será responsável pessoalmente pelos atos em que tenha efetivamente participado.

Parágrafo 2º - As Diretoras não poderão, em qualquer circunstância, praticar atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como prestação de garantias e outros atos estranhos aos fins sociais.

ARTIGO 8º - À Diretora-Presidente compete convocar e presidir as reuniões da Diretoria, cabendo-lhe o voto de qualidade em todos os casos de empate.

ARTIGO 9º - As Diretoras terão a remuneração global que for anualmente fixada pela Assembléia Geral Ordinária, e a distribuição far-se-á conforme deliberado em reunião da Diretoria.

CAPÍTULO IV

Das Assembléias Gerais

ARTIGO 10º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á por convocação, de acordo com a Lei.

MB.

ARTIGO 11º - A Assembléia Geral será instalada pela Diretora-Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pela outra Diretora, e será dirigida por um Presidente escolhido pelos acionistas, o qual escolherá o Secretário da Mesa.

ARTIGO 12º - As resoluções da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a Lei exigir maioria qualificada.

Parágrafo Único - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações assembleares.


CAPÍTULO V

Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

ARTIGO 13º - O exercício social coincidirá com o ano civil e, no dia 31 de dezembro de cada ano, serão preparadas as demonstrações financeiras exigidas por Lei.

ARTIGO 14º - Do resultado apurado em cada exercício serão feitas as deduções, compensações e apropriações determinadas por Lei e, do restante dos lucros, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), observado o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, pagáveis em até 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário da Assembléia Geral, caso em que deverá ser pago no prazo fixado, sempre dentro do exercício social em que for declarado.

ARTIGO 15º - A Assembléia Geral resolverá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes.

MB. 

ARTIGO 16º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição, prescreverão em benefício da sociedade.

ARTIGO 17º - Por deliberação da Diretoria, poderão ser levantados balanços intermediários e capitalizados e/ou distribuídos os resultados neles apurados, inclusive "*ad referendum*" da Assembléia Ordinária.

ARTIGO 18º - A critério da Diretoria, parte dos lucros poderá ser pago aos acionistas a título de juros sobre o capital social, como admitido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/95, os quais - líquidos de quaisquer tributos - serão considerados parte do dividendo mínimo obrigatório a que se refere o Artigo 14 deste Estatuto.

CAPÍTULO VI


Da Liquidação da Sociedade

ARTIGO 19º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. O modo de liquidação será estabelecido em Assembléia Geral dos Acionistas, a qual designará o liquidante.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

ARTIGO 20º - Aos casos omissos no presente Estatuto Social, aplicam-se as disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.457, de 05.05.97.

MB. 

JUCESP
05 10 2023

8

Lido e aprovado o texto do Estatuto Social acima transcrito, as presentes deliberaram sobre a eleição da Diretoria da companhia. Posta em votação, foi aprovada a indicação das senhoras **BIANCA BONINI** com o cargo de Diretora-Presidente e **MARISA BONINI** com o cargo de Diretora Vice-Presidente, acima qualificados, para compor a Diretoria da companhia, com **mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2025**. As Diretoras ora eleitas declaram não estarem incursas em nenhum dos crimes previstos em lei que as impeçam de exercer a atividade mercantil. A seguir, ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada oportunamente pelas acionistas em assembléia geral.


E, por estarem em pleno acordo entre si, lavraram este instrumento particular de constituição de sociedade por ações em 03 (três) vias de igual teor e forma, que firmam na presença de 2 (duas) testemunhas, para que produza todos os efeitos em direito desejados.

São Paulo, 27 de outubro de 2023.


BIANCA BONINI
Presidente da Assembléia


MARISA BONINI
Secretária da Assembléia

Advogado:


Carlos Vicente da S. Nogueira
OAB/SP nº 123.310-A



LIVORNO PARTICIPAÇÕES S.A.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Subscrição de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), efetuada pelas Subscritoras na constituição do capital social da empresa **Livorno Participações S.A.**, em organização, com a emissão de 10.000 (dez mil) de ações.

SUBSCRITORES	AÇÕES	VALOR
BIANCA BONINI , brasileira, solteira, contadora CRC1SP317059/O-5, portadora da cédula de identidade RG. n.º 48.738.461-1 SSP-SP e do CPF. n.º 409.953.318-20, com escritório na Rua Pedro Doll, 500, Santana, São Paulo, SP., CEP. 02404-0001, e;	9.000	R\$ 9.000,00
MARISA BONINI , brasileira, solteira, administradora de empresas CRA 061040, portadora da cédula de identidade RG. n.º 18.452.143-9 SSP-SP e do CPF. n.º 101.353.108-65, com escritório na Rua Pedro Doll, 500, Santana, São Paulo, SP., CEP. 02404-001.	1.000	R\$ 1.000,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

O capital social será integralizado em até 12 (doze) meses em moeda corrente do país.

O depósito prévio referente ao disposto no Artigo 81 da Lei 6.404/76 e alterações contidas na Lei 9.457/97 segue anexo à presente.

São Paulo, 27 de outubro de 2023.

Bianca Bonini

BIANCA BONINI

Marisa Bonini

MARISA BONINI